

A ERA K: O POPULISMO ARGENTINO EM QUESTÃO (2003-2015)

Juan Sergio Caetano Iturvide¹
Ivan Colangelo Salomão²

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar a política econômica do período conhecido como a era K, que abrange os governos de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Partindo-se dos principais modelos teóricos sobre o fenômeno do populismo econômico, refuta-se a hipótese de que a gestão Néstor se enquadre no referido conceito como entendido pela literatura. Já o governo Cristina apresenta elementos compatíveis com o que a literatura consagrou como populismo econômico.

Palavras-chave: Populismo econômico. Argentina. Kirchnerismo.

THE K ERA: THE ARGENTINIAN POPULISM IN QUESTION (2003-2015)

Abstract: The article analyzes the economic policy of the period known as the K era, which covers the Néstor (2003-2007) and Cristina Kirchner's (2007-2015) administrations. Using the main theoretical models on the phenomenon of economic populism, we refuse the hypothesis that Néstor's administration fits the referred concept as understood by the literature. Cristina's administration, on the other hand, presents elements compatible with what the literature understands as economic populism.

Keywords: Economic populism. Argentina. Kirchnerism.

LA ERA K: EL POPULISMO ARGENTINO EN CUESTIÓN

Resumen: El artículo analiza la política económica del período conocido como la era K, que abarca los gobiernos de Néstor (2003-2007) y Cristina Kirchner (2007-2015). Utilizando los principales modelos teóricos sobre el fenómeno del populismo económico, se rechaza la hipótesis de que la administración de Néstor se ajuste al referido concepto tal como lo entiende la literatura. La administración de Cristina, en cambio, presenta elementos compatibles con lo que la literatura entiende como populismo económico.

Palabras clave: Populismo económico. Argentina. Kirchnerismo.

Introdução

Conquanto geograficamente bem localizado, o fenômeno do peronismo extrapola o período no qual o personagem que emprestou o sobrenome ao maior movimento político argentino esteve à frente da presidência do país. Suas características e condicionalidades, bem como a extensão de suas repercussões atenuam a lógica supostamente anacrônica que busca preceder suas origens à

¹ Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Curitiba, Brasil, juaniturvide@live.com, 0000-0001-5565-7702

² Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Curitiba, Brasil, ivansalomao@gmail.com, 0000-0001-5857-7505

própria ascensão do coronel Juan Domingo Perón ao centro da cena política argentina, em meados dos anos 1940.

Fenômeno multifacetado, o peronismo abarca vertentes tão diferentes – quando não, conflitantes – que dificilmente poderiam ser compatibilizadas em um mesmo partido político sem despertar o interesse de analistas estrangeiros pouco versados na história argentina. Do liberalismo de Carlos Menem (1989-1999) ao intervencionismo de Cristina Kirchner (2007-2015), o peronismo encampou projetos tão díspares ao longo de sua história recente que faria qualquer intento taxonômico sucumbir se operado sob critérios analíticos minimamente rígidos (WASSERMAN, 1998).

Forjado no bojo dos movimentos surgidos em meio aos processos de urbanização e industrialização no subcontinente – os quais, no caso argentino, remontam ao início do século XX –, o peronismo moldou a história da nação latino-americana que mais se aproximou dos países centrais em termos de PIB *per capita* e indicadores sociais (HAINES, 2008). Envolto em um discurso nacionalista que advogava a liderança do Estado no processo de desenvolvimento, o peronismo corroborou, ainda, o mais sintomático dos sacrilégios comum àqueles movimentos: a representação, quando não, a cooptação das organizações dos trabalhadores sindicalizados. Trata-se do típico itinerário percorrido por determinados líderes políticos latino-americanos, dos quais o Perón se destacou por representar um tipo ideal do chamado populismo (MORAES, 2018).

Herdeiro direto desse movimento original, o kirchnerismo surgiu a reboque da grave crise econômica por que passou o país na virada do milênio. Após a sequência de presidentes fugazes que sucederam o governo do radicalista Fernando de la Rúa (1999-2001), o então governador da longínqua província de Santa Cruz Néstor Kirchner assumiu a Presidência da República em maio de 2003. Diante de uma conjuntura externa favorável, a Argentina voltou a registrar crescimento econômico expressivo (entre 2003 e 2008), cujos superávits gêmeos observados³ representavam a nova fase que o país parecia adentrar.

Para além da recuperação econômica, o movimento ainda inominado que ensaiava sua consolidação na segunda metade dos anos 2000 resgatou e atualizou alguns dos mais importantes pilares sobre os quais o peronismo se forjara nas cinco

³ A rigor, a geração de superavit fiscal respondeu automaticamente à moratória decretada em dezembro de 2001, uma vez que se observou queda abrupta e imediata nos recursos líquidos enviados ao exterior.

décadas anteriores. A reaproximação das classes trabalhadoras, a reestruturação da indústria nacional e o atendimento de determinadas demandas dos setores populares levaram a um inevitável cotejamento com o peronismo “puro” em sua época áurea. Mesmo após as vicissitudes eleitorais por que passou, o kircherismo manteve-se como força política central na Argentina dos anos 2010 sob a liderança, agora, de Cristina Fernández de Kirchner, atual vice-presidente da República.

Ainda que não exatamente coadunáveis, o longo e resiliente movimento original e seu subtipo contemporâneo guardam, em comum, diversas similitudes. Nacionalistas, industrializantes e pró-trabalhadores, se opuseram às frações hegemônicas internas ligadas aos interesses internacionais. Populares, ainda que nem sempre prestigiados, ambos os fenômenos são pejorativamente tachados de populistas.

Isto posto, este artigo tem por objetivo analisar a política econômica adotada no período kirchnerista (2003-2015) para, à luz dos modelos consagrados na literatura, testar a plausibilidade de se caracterizar tais governos como populistas. Assim, além desta breve introdução, o trabalho está dividido em outras três seções. Na segunda, apresentam-se os conceitos de populismo político e econômico; a seguir, analisa-se a política econômica dos 12 anos em que Néstor e Cristina Kirchner ocuparam o poder central. Por fim, tecem-se as considerações finais.

Populismo: conceitos e categorias

Termo polissêmico por natureza, o populismo tem sido empregado para definir fenômenos os mais díspares possíveis; da esquerda à direita, do político ao econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991)⁴. Em comum, todos carregam o teor depreciativo associado a governantes demagógicos, irresponsáveis e manipuladores. Como categoria analítica, no entanto, há especificidades tais que não apenas permitem como exigem do pesquisador conceituações apartadas, uma vez que a observância de um não exige a do outro concomitantemente.

Do ponto de vista metodológico, cabe ao analista evitar o julgamento de determinado fenômeno com base em premissas próprias, equívoco recorrente quando se trata de tema tão polêmico quanto o populismo. Assim, recorreu-se às

⁴ De acordo com o autor, o argentino Juan Perón e o peruano Alan Garcia seriam casos em que ambos coincidem. Getúlio Vargas, por sua vez, representaria exemplo de populismo político, mas não econômico. E o chileno Salvador Allende seria um líder socialista e não populista, do ponto de vista político, mas sua política econômica constitui exemplo de populismo econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 8).

definições consagradas na literatura para enquadrar os dados da economia argentina no período em voga e testar a hipótese de a política econômica dos governos Kirchner se enquadrar no núcleo duro do conceito de populista.

Populismo político

Os estudos sobre populismo encontraram na América Latina um terreno fértil para a proliferação de teses a partir dos anos 1970. De forma geral, ressaltava-se o autoritarismo historicamente enraizado na região, por meio do qual líderes carismáticos manipulavam as massas urbanas e cooptavam os sindicatos, embaraçando a ação dos trabalhadores em defesa de seus interesses próprios.

Se na academia brasileira tal programa de pesquisa ganhou relevância a partir dos trabalhos de Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, no caso argentino autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Ernesto Laclau foram os principais analistas a se ocupar da temática. A já clássica obra de Cardoso e Faletto ([1969] 1977) ilustra o fenômeno com base na transição de uma sociedade tradicional/agrária para a urbana/industrial, e nas consequências que essa transformação trouxe às configurações de poder. A política de massas reforçaria os limites da participação política baseadas em uma estrutura sindical fragilizada e incapaz de representar tanto as massas rurais, quanto o conjunto do setor popular urbano (FONSECA; SALOMÃO, 2020).

Nesse sentido, responsabiliza-se/vislumbra-se a emergência do populismo político a motivações de cunho econômico-social: a industrialização e a decorrente urbanização. Os próprios termos empregados pelos autores – massas, limitação, debilidade etc. – enfatizam uma política verticalizada e praticada a partir de cima. Conquanto se valham de uma retórica pró-classe operária, os populistas acabam por privilegiar determinados setores da elite dispostos a compor e a apoiar seus projetos de poder político-eleitorais (ACEMOGLU *et al.*, 2013).

Conforme argumenta Silva (2008), uma segunda “versão” oferecida por esses mesmos autores analisa o fenômeno para além da simples manipulação das massas. Não obstante ratifique a suposta ausência de consciência da classe trabalhadora, Weffort (2003) entende que tal manipulação não é absoluta nem livre de contradições, abrindo espaço para a manifestação de seus interesses por meio de canais institucionalizados. Para Drake (1982), trata-se de um “movimento conciliatório”, uma vez que obriga as classes dominantes a dialogarem com as

marginalizadas, sendo o surgimento dos partidos obreiros a cristalização de tais insatisfações.

Inobstante a conceituação a que se recorre, o termo populista talvez seja uma das formas mais pejorativas com que se possa tipificar um governo adversário. Na oportuna síntese oferecida por Ferreira (2001), populista é sempre “o outro”, independentemente da posição ideológica ocupada pelo alvo a ser vilipendiado, dos socialistas aos fascistas. Nesse sentido, os dois extremos do campo político se utilizam da mesma retórica quase como uma justificativa da suposta inviabilidade da democracia em países atrasados, legitimando, assim, o rompimento da ordem constitucional tão recorrentemente observado na América Latina; o autoritarismo populista só poderia ser combatido por outro autoritarismo. Apenas uma elite esclarecida, imbuída da salvação nacional, poderia impedir os infortúnios que as massas manipuladas não conseguem vislumbrar.

Presente no debate cotidiano – dos meios políticos à grande imprensa –, o populismo abarca uma série de componentes valorativos, estando sempre presentes a demagogia, a manipulação e a inobservância de restrições orçamentárias em suas promessas eleitorais. Eis o cerne da ponte entre o populismo político e o econômico.

Populismo econômico

Do ponto de vista econômico, os modelos de populismo partem de formulações que, via de regra, identificam um padrão de política econômica que se expressa por meio de ciclos⁵. A despeito das especificidades enfatizadas pelos distintos autores, há determinado consenso em relação à marca comum a todos os governos populistas: a tentativa de acelerar o crescimento da demanda agregada no curto prazo, ignorando ou subestimando políticas de estabilização e as restrições orçamentárias (STURZENEGGER, 1995). Diante do primeiro óbice, populistas costumam delegar a responsabilidade da crise a seus antecessores, ignorando a necessidade de ajustes ao proporem, como solução, maior crescimento.

Partindo de um modelo de economia dual, com um setor avançado voltado para fora e outro destinado à produção de bens de consumo, O'Donnell (1991) abordou, ainda que embrionariamente, a ideia do ciclo populista. Muito embora não empregue o termo de forma explícita, o autor argumenta que tal dualidade resulta

⁵ A política econômica prevista pelos modelos apresentados se limita aos instrumentos macroeconômicos de estabilização (também conhecidos como políticas-meio), como as políticas fiscal, monetária e cambial.

em alianças políticas instáveis e que não se sustentam intertemporalmente, levando à alternância de políticas que, de forma pendular, priorizam ora o setor primário-exportador, ora o voltado para o mercado interno.

O modelo de Sachs (1991) se assemelha ao de O'Donnell (1991) ao conceber o mesmo modelo dual. Sua principal diferença reside na centralidade da política cambial, variável-chave para arbitrar perdas e ganhos entre os setores – o exportador de bens primários e trabalho-intensivo, voltado para dentro.

Ratificando a ideia de um fenômeno cíclico, o autor sumariza a dinâmica populista em cinco etapas quase sempre observáveis: (1) valorização cambial por meio da adoção de taxa nominal fixa; (2) elevação do salário real e da demanda por bens de consumo; (3) aumento da demanda por trabalho no setor de não comercializáveis; (4) queda relativa no preço e na produção dos bens exportáveis, ao mesmo tempo em que se eleva a demanda por insumos importados; (5) por fim, a crise do balanço de pagamentos denota a impertinência das medidas anteriores, refletindo o principal gargalo do populismo (cambial) teorizado por Sachs (1991).

O autor sugere uma hipótese para explicar a decisão inicial dos *policymakers* em valorizar artificialmente a taxa de câmbio: a profunda desigualdade de renda. A pressão política por ações que visem a mitigar a má distribuição do produto social faz com que, no legítimo intento de atenuá-la, os governantes acabem por não respeitar as restrições fiscais. Tal conflito distributivo também atuaria no sentido fragilizar as instituições políticas, ensejando o surgimento de políticos pouco comprometidos com medidas de estabilização no curto prazo. Trata-se de problema já observado na Argentina, em sua visão, desde meados do século XX (SACHS, 1991).

A análise de Díaz-Alejandro (1991) parte de experiências históricas para realçar a repetição sequencial de fases que marcariam o populismo. O início do processo se dá pela opção deliberada pelo crescimento de curto prazo e pela rejeição a políticas restritivas de combate à inflação. O corolário dessa política é, inevitavelmente, inflação, crise fiscal e estrangulamento do balanço de pagamentos.

Seu modelo também previa uma dinâmica escalonada, lançando foco sobre a expansão fiscal imoderada nos seguintes termos: (1) elevação geral de salários e dispêndios públicos não financiados por aumento de impostos, mas por emissão monetária; (2) tais gastos são majoritariamente canalizados para consumo, e não investimento; (3) o aumento inicial da renda induz à expansão de bens de consumo nacionais e importados; (4) dada a impossibilidade de a oferta global acompanhar a

procura, surgem os primeiros sinais inflacionários de superaquecimento da demanda; (5) a recusa pelo ajuste macroeconômico leva ao déficit público e do balanço de pagamentos, resultando em recessão e desemprego; (6) o acirramento dos conflitos políticos, sociais e distributivos enseja rupturas institucionais que defendem a implementação a fórceps de ajuste contracionista (DÍAZ-ALEJANDRO, 1991).

O mais conhecido modelo de populismo macroeconômico, no entanto, foi proposto por Dornbusch e Edwards (1989). Em alguma medida, os elementos citados pelos demais autores se encontram no modelo dos autores, os quais ressaltam a expansão da demanda agregada com vistas à distribuição de renda resultante de uma recessão. Convencidos de que a capacidade ociosa inicial atenuaria eventuais pressões inflacionárias, os gestores da política econômica, pois, adotam medidas com vistas ao reaquecimento da demanda agregada com distribuição de renda.

As etapas do modelo seguem uma sequência similar às apontadas pelos demais autores⁶: (1) concessão de aumento salarial acima da produtividade; (2) a elevação da demanda subsequente é atendido, via de regra, por importações, as quais depõe contra o equilíbrio do balanço de pagamentos em transações correntes; (3) ao rejeitar medidas estabilizadoras tradicionais, o governo opta por ações de controle e/ou desvalorização cambial ou de proteção aduaneira; (4) com o aprofundamento da crise externa, observa-se fuga de capital, queda da atividade econômica e da arrecadação, deteriorando ainda mais a já frágil situação fiscal; (5) a pressão inflacionária reduz salários reais, desestabilizando novamente a conjuntura política, à qual, não raro, se sucede um esgarçamento institucional; (6) o novo governo, sob tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), propõe um plano ortodoxo de estabilização (DORNBUSCH; EDWARDS, 1989).

Entre os autores brasileiros, Bresser-Pereira (1991) ofereceu a mais importante contribuição para o entendimento do fenômeno ao alargar a sequência dos fatos em pelo menos três aspectos. Acompanhando o silogismo de Sachs (1991), Bresser-Pereira também enxerga na taxa de câmbio a variável central do esquema populista. Primeiro, o autor aponta a existência de diferentes

⁶ O roteiro previsto pelos autores parte da experiência argentina dos anos 1970, quando Juan e Isabelita Perón (1973-1976) impuseram um controle de preços e de câmbio aliado a reajustes reais de salário e à expansão da base monetária. A crise econômica decorrente levou ao que ficou conhecido como *Rodrigazo* (1975), pacote do então ministro da Economia, Celestino Rodrigo, cujas repercussões negativas ensejaram o golpe militar do ano subsequente.

possibilidades para que se desencadeie o ciclo. Demais, ressalta que o populismo econômico pode ser tanto de esquerda – assentado no “distributivismo ingênuo via salários e com a recusa de ajustamento” – quanto de direita, cujo foco recai sobre o ajuste fiscal e a moralidade das finanças sadias (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 111).

O modelo de Bresser-Pereira (1991) também apresenta os estágios pelos quais o ciclo político-econômico deve passar para ser classificado como populista: (1) partindo de uma conjuntura de crescimento do produto com baixa inflação, o câmbio se valoriza e o salário real se eleva; (2) passado esse “paraíso momentâneo”, incorre-se em restrição do balanço de pagamentos e em descontrole do déficit público; (3) a desvalorização cambial torna-se inevitável, a inflação dispara e as crises econômica e política se aprofundam; (4) o desfecho inevitável é a queda dos ministros ou mesmo do presidente, quando não “por um golpe de Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 111).

Muito embora não se refira explicitamente a um ciclo populista, Canitrot (1991), ao analisar a história argentina, também realça a política salarial como o principal instrumento empregado por governos populistas. Os períodos recessivos ensejam o surgimento de líderes com promessas de crescimento com distribuição de renda e geração de empregos. Para cumprir, ainda que parcialmente, tais compromissos, oferecem aumentos salariais sem qualquer relação com ganhos de produtividade, o que vem a incitar, por sua vez, a aceleração inflacionária e o descontrole fiscal.

Conquanto se observem diferenças mais ou menos nuançadas, é possível apontar determinadas convergências entre os distintos modelos que formariam, na sumarização de Fonseca (2010), um “núcleo duro” do populismo econômico: (1) política salarial demasiada e irresponsavelmente condescendente, com ganhos superiores à produtividade; (2) aumento de gastos públicos não coberto por impostos; (3) apreciação do câmbio. O autor nota que, de forma geral, todos os modelos partem de políticas de caráter expansionista e de rejeição a medidas de estabilização. Assim, conclui-se que é nessa primeira fase de “exuberância” que o populismo econômico se revela: convencido de que pode superar crises conjunturais com medidas pró-crescimento e de distribuição de renda, o governante se exime de estabilizar a moeda e ajustar as finanças públicas.

Este comportamento irresponsável seria um padrão culturalmente arraigado entre os formuladores de política econômica, os quais, incapazes de enfrentarem o

desafio da estabilização, sucumbiriam diante da promessa de proveitos eleitorais de curto prazo. Eis a essência do populismo econômico, fenômeno que teria na América Latina seu palco por excelência.

A economia política e a política econômica argentina (1989-2015)

A crise econômica por que atualmente passa o país responde a causas e condicionalidades próprias, fruto de escolhas e decisões hodiernas. Ainda assim, as origens da inflação e do estrangulamento externo que invariavelmente constrangeram seu crescimento econômico remontam a políticas adotadas na década de 1990, quando o plano de estabilização monetária que logrou conter o aumento generalizado dos preços delineou a política econômica dos anos subsequentes.

Muito embora seja um fenômeno claramente datado, não se pode entender o kirchnerismo sem retroagir a marcha dos acontecimentos econômicos às consequências do chamado Plano Cavallo levado a cabo nos anos 1990. Pertencente ao mesmo Partido Justicialista – popularmente conhecido como peronista –, o presidente Carlos Menem (1989-1999) adotou uma política ortodoxa de combate à (hiper)inflação que acometia o país desde o final da última ditadura argentina (1976-1983).

O cerne do plano consistia na semi-dolarização da economia argentina, confiando à paridade fixa e unitária entre a nova moeda argentina (peso) e a norte-americana a responsabilidade por ancorar as expectativas dos agentes. Descrito por Batista Junior (2003, p. 341) como “um sistema monetário de origem colonial”, a *currency board* logrou controlar (temporariamente) a inflação, não sem consequências danosas para a economia real, contudo. Além da subordinação da política monetária às condições impostas pelo nem sempre estável balanço de pagamentos, a economia argentina assistiu ao desmantelamento do seu parque industrial. A sobreapreciação cambial, somada ao rebaixamento expressivo da tarifa média de importação, fizeram da produção manufatureira nacional um setor coadjuvante diante da concorrência estrangeira, sobretudo asiática, que passou a dominar as mais distintas cadeias produtivas argentinas.

Se a estratégia foi, de fato, efetiva no combate à inflação, o ônus a ele subjacente se fez representar pelo aumento da vulnerabilidade externa da economia argentina. A despeito da chancela dos organismos multilaterais responsáveis por coordenar a renegociação da dívida externa nos anos 1980, o balanço de

pagamentos argentino ficou à mercê da possibilidade de arbitragem dos fluxos financeiros internacionais, incertos e voláteis por natureza.

Impossibilitado de honrar os crescentes compromissos no exterior, o governo Menem relutou em abandonar a paridade mesmo após os sucessivos abalos sofridos a reboque das crises financeiras internacionais daquela década: México (1995), Leste asiático (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999). Apesar dos sucessivos socorros oferecidos pelo FMI, o elevado grau de dolarização da economia argentina enfraquecia qualquer alternativa que não passasse pelo abandono da conversibilidade⁷. A rigidez imposta pelo plano de estabilização não permitiu que o governo se utilizasse dos instrumentos macroeconômicos disponíveis para atuar de forma contrária ao ciclo recessivo que se avizinhava. No entendimento de Batista Junior (2005, p. 19), a “camisa de força” representada pelo hermético sistema cambial resultou na elevação das taxas de juros internas, as quais, aliadas a um ajuste fiscal imposto pelo FMI agravaram “a recessão e o desemprego, sem que fosse alcançado o objetivo de restabelecer a confiança dos mercados e os influxos de capital”.

O governo do opositorista Fernando de la Rúa (1999-2001) viu-se diante de um dilema, uma vez que se elegera com o compromisso de alterar a política macroeconômica, mas insistiu em preservar a rígida vinculação ao dólar estabelecida por seu antecessor. A manutenção da conversibilidade parecia responder menos aos desígnios da nova equipe econômica do que às condições objetivas. O fato é que o nível de endividamento das famílias, empresas e do próprio governo em dólar (estimado em 95% do total naquele momento) desautorizava qualquer iniciativa naquele sentido, obrigando-o a cancelar as medidas de austeridade recomendadas pelo Fundo. Ademais, o bônus político de curto prazo também concorreu para a manutenção do labirinto cambial no qual o país adentrara uma década antes.

Historicamente dolarizado, o sistema bancário argentino logo passou de porto-seguro para vitrine da vulnerabilidade externa a que o país se expusera. Ciente da incapacidade de a autoridade monetária honrar os depósitos realizados em dólar, a população passou a promover sucessivas corridas bancárias. A reação paliativa do Banco Central passava pela limitação do acesso à moeda que não

⁷ Em depoimento concedido ao jornal *La Nación*, o ex-ministro Domingo Cavallo reconheceu que se havia perdido a chance de dismantlar a armadilha do câmbio fixo em pelo menos duas oportunidades anteriores (1997 e 1999).

dentro do próprio sistema – o chamado “*corralito*” –, impedindo saques semanais superiores a 250 pesos a partir de dezembro de 2001 (KIGUEL, 2011). A contenção da circulação monetária representou um duro revés a uma já debilitada atividade econômica.

A anomia social passou a ditar os rumos do país. Após a renúncia do presidente de la Rúa, ao mandatário que o sucedeu por oito dias não restou outra possibilidade de decretar, na última semana do ano, o fim do sistema de câmbio fixo junto ao *default* da dívida externa (EDWARDS, 2019). Eduardo Duhalde (2002-2003) manteve as medidas de austeridade adotadas como pré-condição para a negociação com os credores e com o FMI (cujo aporte superou US\$ 40 bilhões), bem como promoveu a flutuação e a desvalorização do peso para aproximadamente P\$ 3,50 (40%). Como consequência, após anos de inflação controlada, o nível geral de preços subiu 41% ao final de 2002 (BONNET, 2014). Apesar de a gestão Duhalde ter trazido relativa estabilidade política ao país, a economia argentina entrava nos anos 2000 amargando índices pobreza e desemprego inéditos em sua história.

Sob uma mirada panorâmica, é possível afirmar que o ciclo econômico argentino do final dos anos 1980 ao início do século XXI apresenta os elementos previsto pelo modelo original de Dornbusch e Edwards (1989). Da estagnação inicial, cuja descrença popular dela resultante enseja a ascensão de um líder que se vende como salvador da pátria, à ruptura institucional que precede uma virada na condução da política econômica, todos os elementos podem ser observados no caso argentino.

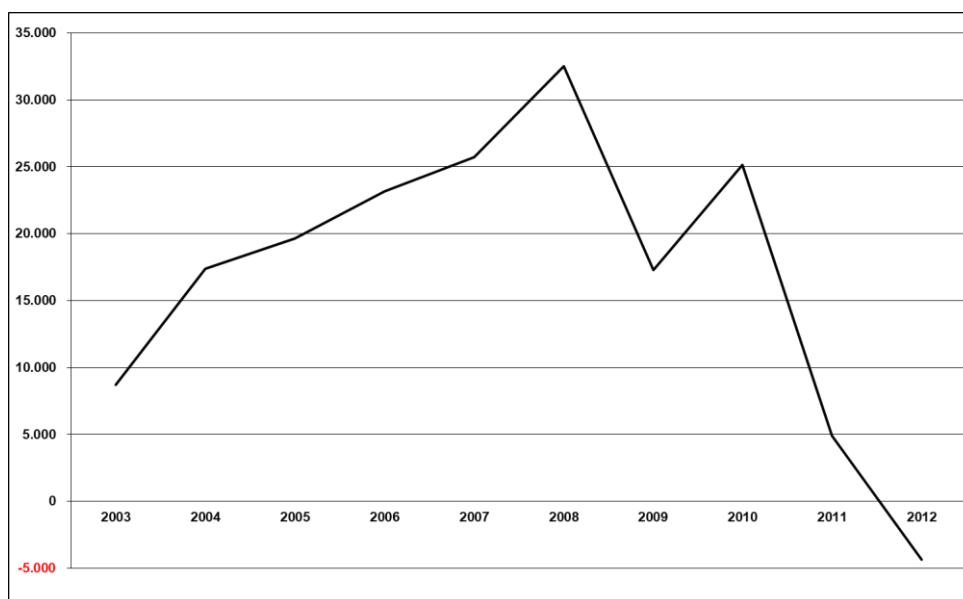
Foi nesse contexto que o governador de uma longínqua província do sul do país foi eleito, em maio de 2003, ao desbancar o outrora popular ex-presidente Carlos Menem.

O governo Néstor (2003-2007)

Eleito sob uma plataforma nacionalista, Néstor Kirchner entrou para a história argentina como o presidente que trouxe o país de volta ao rumo do crescimento econômico – média de 8% entre 2003 e 2008 (FMI, 2020). Ademais, entregou improváveis “superávits gêmeos” por pelo menos 4 anos consecutivos e, a despeito da desconfiança em relação à credibilidade do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (Indec), controlou a inflação abaixo dos dois dígitos.

Do ponto de vista estritamente fiscal, o ministro Roberto Lavagna (2002-2005) conferiu certa credibilidade ao governo, ainda que tenha se recusado a elevar a meta do superávit primário conforme propunham os técnicos do Fundo (BATISTA JUNIOR, 2005). Se é verdade que o setor externo contribuiu diretamente para a parcimônia da política fiscal, não se pode atenuar o empenho da equipe econômica, corroborado por medidas pontuais e reiterados discursos, em se reequilibrar as contas públicas do país.

Gráfico 1 – Resultado primário do governo central (em milhões de pesos, 2003-2012)



Fonte: Schincariol e Fernández (2014).

Os dados observados no gráfico 1 compõem o primeiro elemento a ser perscrutado neste artigo. A geração de crescentes superávits fiscais – de 2% para 5,2% do PIB entre 2001 e 2004 (DAMILL *et al.*, 2015) – depõe diretamente contra a primeira condição satisfeita por um governo populista de acordo com os autores supracitados. Ainda assim, o governo descasou a política salarial do aumento da produtividade, concedendo aumento real ao salário-mínimo a partir de 2003. O recrudescimento inflacionário, por sua vez (de 3,7% no primeiro ano para 12,3% em 2005) levou o governo a adotar medidas heterodoxas de controle de preços, sobretudo em mercados de forte apelo popular, como o da carne bovina.

Do ponto de vista da dívida externa, o governo se manteve na condição de inadimplente até a conclusão da renegociação com os credores em 2005. Considerada bem-sucedida, a proposta englobava 76% da dívida em moratória, cujo deságio médio foi de 75%, valor bastante superior ao alcançado por outros países que também reestruturavam suas dívidas naquele momento (PIMENTA, 2008). Parte

significativa dos chamados “fundos abutres” – especuladores que compraram títulos argentinos com a expectativa de que o governo contabilizasse juros e correções sobre o valor investido – aceitou a proposta de reestruturação da dívida pela qual se dividiria os saldos em pagamentos à vista e em um bônus a prazo, com um desconto de aproximadamente 70% do valor de face. Os fundos mais agressivos que não concordaram com o *default* dessa ordem recorreram à justiça norte-americana na tentativa de reaver os recursos investidos na integralidade.

A partir de meados dos anos 2000, o cenário externo foi, com efeito, uma das molas propulsoras do bom desempenho econômico de países primário-exportadores. Aliada à desvalorização cambial, a melhora nos termos de troca fez da balança comercial argentina um dos motores do crescimento observado no período (KULFAS, 2016). A importância desse componente da demanda agregada por ser aferida pelo impacto sobre o saldo global do balanço de pagamentos. Ainda que exaurido pela conta de serviços-fatores⁸, o BP registrou superávit global em dois anos (2005 e 2007) devido, mormente, à expansão das exportações e à contenção das importações (SCHINCARIOL; FERNÁNDEZ, 2014).

Mesmo a composição da pauta de importações contribuiu para manutenção do crescimento econômico em patamares elevados. Isso porque, além de as importações terem dobrado a sua participação no PIB argentino ao final da década (de 7% para 14%), a compra de maquinário estrangeiro aumentou em 7 vezes no período. Trata-se de um segundo elemento a contestar a hipótese de populismo, uma vez que evidencia a abertura da economia argentina ao exterior, rechaçando a etapa autarquizante quando o país se vê diante de déficit global das contas externas.

Ainda que por demais esquemática, os elementos apresentados acima impedem de se classificar o mandato de Néstor Kirchner como populista. Demais, poder-se-ia levantar uma série de medidas institucionais – as chamadas políticas-fim – para se corroborar a hipótese de que se tratou de um governo com características desenvolvimentistas (FONSECA, 2015).

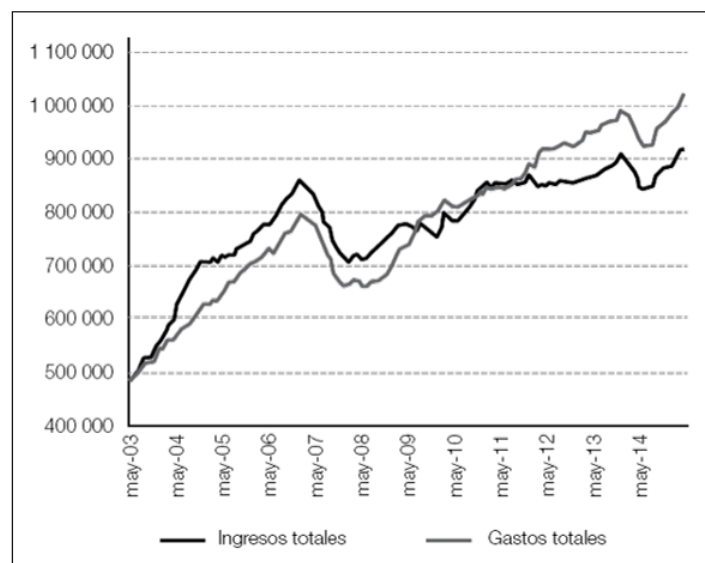
⁸ O crescimento econômico observado a partir de 2003 não veio desacompanhado de desafios para o balanço de pagamentos argentino. De acordo com os dados divulgados pela CEPAL-Stat, a rubrica de remessa de lucros enviados ao exterior aumentou em 23%: de 13 bilhões (2004) para 16 bilhões de dólares (2010) em menos de uma década.

Os governos Cristina (2007-2015)

O início do mandato de Cristina Kirchner se deu em meio à bonança experimentada pela economia argentina desde 2003. Os principais indicadores macroeconômicos sofreram revés acentuado, porém, após a eclosão da crise financeira do *subprime*, no final de 2008. Como forma de estabilizar o período recessivo resultante do desaquecimento econômico global, o governo argentino utilizou-se de mecanismos contracíclicos, fragilizando a posição fiscal de modo contínuo e crescente, como pode ser observado na figura 2.

Do ponto de vista qualitativo, argumentava-se que a expansão dos dispêndios públicos respondia a imperiosidades sociais decorrentes da crise econômica. Nesse sentido, Castiñera (2016, p. 4) estimou que aproximadamente 70% desse alargamento fiscal destinou-se a programas de subsídios – da complementação de renda ao setor elétrico e de transportes. Para além das necessidades sociais, tratava-se de estratégia politicamente lógica se considerada a aceleração inflacionária que se avizinhava e que viria a corroer os ganhos salariais nominais conquistados pelos trabalhadores. Em 2011, os salários aumentaram, em média, 6%; a inflação oficial, por sua vez, 10% (KULFAS, 2016).

Gráfico 2 – Evolução de gastos e receitas totais do setor público (2003-2014)



Fonte: Schincariol e Fernández (2014).

Se a atuação anticíclica do governo resultou em dois anos de crescimento robusto (2010-2011), o mesmo não se pode afirmar em relação ao controle da inflação. Independentemente da eficácia das políticas fiscal e monetária, o fato é que a carestia, que já rondava os dois dígitos desde 2005, mostrou-se um problema de difícil solução a partir de então. Lançando mão de medidas heterodoxas – com ênfase no congelamento da tarifa de energia elétrica para consumidores residenciais –, o governo não apenas perdeu o controle da inflação, como passou a intervir politicamente no órgão responsável pela aferição oficial para que o índice não refletisse o real aumento generalizado dos preços.

Incapaz de despressurizar a inflação pelo lado fiscal, o governo recorreu à expansão da base monetária para fazer frente ao aumento dos gastos públicos. De acordo com Murillo *et al.* (2016), a emissão de moeda via atuação do Banco Central⁹ foi, em média, de 30% ao ano após 2010. Conquanto Edwards (2019) que a monetização da dívida tenha sido um dos responsáveis pelo recrudescimento inflacionário observado no decorrer dos anos 2010, faz-se importante anotar que a quantidade de moeda em circulação não é responsável direta pelo aumento da inflação *per se*. Esse cenário ocorreria apenas se a expansão monetária pressionasse a demanda contra uma oferta total (interna + importações) incapaz de acompanhar aquela elevação.

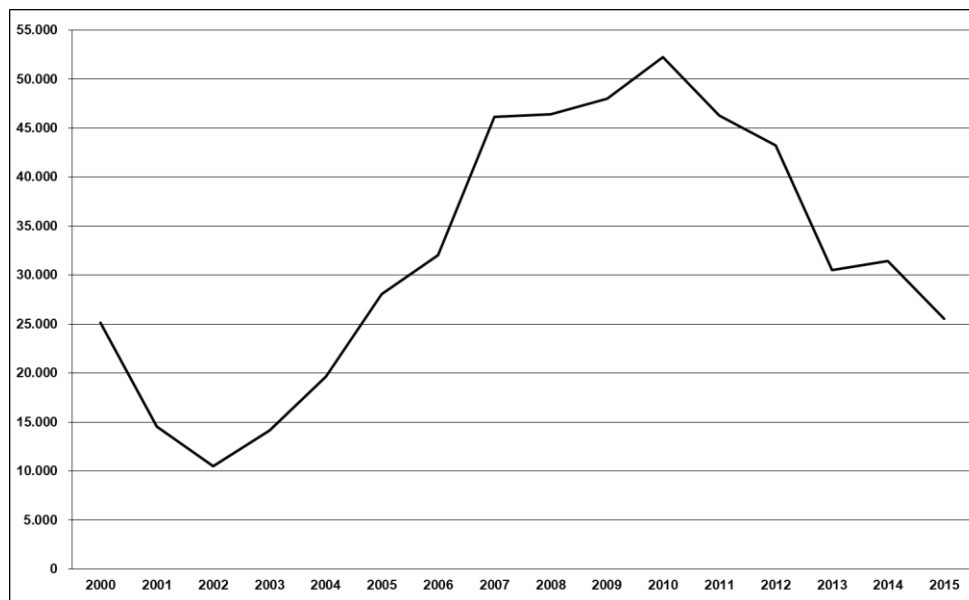
Além das sucessivas quedas do produto e do descontrole inflacionário, a crise argentina apresentava, ainda, um terceiro elemento: o estrangulamento externo perene. Das rubricas do balanço de pagamentos, as que mais o pressionaram foram a balança de serviços fatores e as importações. A permanente escassez de reservas internacionais, somada à impossibilidade de rolagem da dívida externa devido ao *default* de 2002, fez da restrição externa um óbice intransponível não apenas para o crescimento da demanda agregada, como também para a própria condução autônoma da política econômica.

Na (vã) tentativa de atenuar o problema, o governo adotou uma série de medidas de restrição à compra de divisas para emprego em atividades não comerciais e financeiras com o exterior – medida drástica em uma economia semi-dolarizada como a argentina (KULFAS, 2016) – no que passou a ser chamado *corralito verde*. A partir de então, a população residente passaria a depender da

⁹ Em troca dos títulos que recebe, o Banco Central entregaria moeda ao Tesouro Nacional. Isso é o que chamamos de financiar o gasto público através da “emissão” de moeda.

autorização do fisco para ter acesso à moeda norte-americana, expediente historicamente utilizado por setores das classes média e alta como alternativa à poupança local. Se não legalmente vedado, esse recurso foi deveras dificultado com a nova regulamentação.

Gráfico 3 – Reservas internacionais (em milhões de USD, 2000-2015)



Fonte: Elaboração própria, com dados do *World Bank Data* (2020).

A principal consequência dessa política heterodoxa foi o fortalecimento de uma instituição havia muito conhecida dos argentinos: o mercado de câmbio paralelo. O chamado dólar *blue*, cuja cotação excedia em mais 500% a oficial, balizava as decisões dos agentes, o que obrigava, por sua vez, a autoridade monetária praticar maxidesvalorizações da taxa de câmbio a fim de aproximar o preço oficial do mercado alternativo. A cotação oficial no início das restrições chegava a 4,28 pesos, próximo aos 4,49 do mercado paralelo; três anos depois, a divergência entre os valores chegava a quase 90% (8,55 e 14,68 pesos, respectivamente).

Ainda no front externo¹⁰, a crise econômica brasileira iniciada em 2014 afetou diretamente a balança comercial argentina. Somente em 2015, registrou-se queda de 48% nas importações brasileiras de produtos argentinos, sendo de 80% a redução observada no setor automotivo. Tais resultados eliminaram 4 mil postos de trabalho na Argentina, aproximadamente 5% da mão de obra empregada na indústria do país (MURILLO *et al.*, 2016).

¹⁰ O agravamento da crise atingiu novo patamar quando a justiça dos Estados Unidos acatou a apelação dos fundos abutres que a haviam acessado e condenou o governo argentino a pagar US\$ 1,3 bilhão em 2016.

O resultado social da crise econômica pode ser aferido pelo aumento expressivo da população em situação de pobreza (29%) e indigência (6%), ainda em 2015 (MURILLO *et al.*, 2016). Do ponto de vista político, a resposta da sociedade argentina a tão clara deterioração de todos os indicadores econômicos e sociais se deu por meio da derrota do kirchnerismo na eleição de 2015, cujo resultado levou à Casa Rosada um presidente que preconizava um projeto ortodoxo e liberal.

A economia argentina no século XXI: um esboço de interpretação

As diferentes fases dos 12 anos em que Néstor e Cristina Kirchner estiveram à frente da Presidência da República impedem uma avaliação única da chamada era K. As distintas conjunturas internacionais, bem como as distintas políticas econômicas adotadas entre 2003 e 2015 exigem uma apreciação faseada, na qual os elementos teóricos do populismo arrolados na segunda seção do artigo embasam as conclusões às quais se chega ao final da investigação.

Assim, argumenta-se que a gestão de Néstor (2003-2007) apresenta características as quais impedem que a política econômica adotada seja classificada como populista. O comprometimento com a higidez fiscal desde o início do mandato vai de encontro ao que propõem os modelos de Díaz-Alejandro (1991), Dornbusch e Edwards (1989) e Bresser-Pereira (1991). Os superávits externos também desautorizariam tal leitura, uma vez que o estrangulamento do balanço de pagamentos – e suas consequências onerosas para a condução da política econômica – caracterizam todos os modelos de populismo.

Um segundo elemento a corroborar tal entendimento foi a condução da política fiscal daquele período. A taxa de câmbio real média esteve desvalorizada em todo o período a fim de estimular o setor exportador nacional e a acumular divisas sob a autoridade monetária. Conquanto Demill *et al.* (2015) argumentem que essa estratégia tenha deteriorado a capacidade de controlar a inflação, a adoção da chamada *stable and competitive real exchange rate* (SCRER) respondeu diretamente pelos sucessivos superávits externos gerados no período.

Nesse sentido, a política cambial sob Néstor vai de encontro ao proposto pelos modelos de populismo apresentados, sobretudo os de Sachs (1991) e de Bresser-Pereira (1991), os quais enfatizam a tentativa de angariar popularidade por meio do aumento de salário real decorrente do câmbio sobreapreciado. Kulfas (2016) aponta que o próprio presidente da República se empenhou diretamente para

que, independentemente dos efeitos onerosos sobre o nível de preços internos, a taxa de câmbio fosse mantida em níveis estáveis e competitivos.

Verificou-se, ainda, uma significativa redução da desigualdade social ao final dos anos 2000. Mesmo que a melhoria nos indicadores sociais não seja um dos elementos centrais dos modelos de populismo econômico, o aumento na qualidade de vida das camadas menos assistidas da população contribui para a atenuação do conflito distributivo e, em última análise, para dirimir a possibilidade de crises políticas às quais governos populistas invariavelmente conduzem o país.

Do ponto de vista estritamente econômico, o crescimento robusto observado entre 2003 e 2008 também depõe contra a hipótese de que tenha se tratado de um governo populista. Por mais que o aumento do PIB real não seja um dos elementos centrais dos modelos de populismo econômico, estes partem de (ou chegam a) conjunturas recessivas para explicar o desencadeamento de eventos os quais levam, inevitavelmente, a crises políticas ou institucionais. Como se argumentou, não se trata do caso do governo Néstor.

A crise econômica de 2008 alterou substancialmente não apenas a condução da política econômica – já sob a presidente Cristina –, como também a interpretação que se pode fazer de seu mandato. Os sucessivos superávits fiscais gerados desde 2003 transformaram-se em déficit primários a partir de 2012, finalizando com um déficit primário de 1% do PIB, liderados por gastos sociais, com a máquina pública e subsídios focalizados. O dispêndio público nacional como porcentagem do PIB saltou de 16,9% entre 2003 e 2007 para 23,5% entre 2012 e 2014 (KULFAS, 2016). Ainda na questão fiscal, os aumentos de salário real, financiados em parte por emissão monetária, se aproximam do preconizado por Díaz-Alejandro (1991) e, sobretudo, Dornbusch e Edwards (1989).

No que tange à estabilidade monetária, os equívocos das políticas instrumentais e institucionais parecem ter contribuído para a explosão inflacionária da década de 2010. Apesar do controle de preços administrados, bem como da ampla desconfiança que pairava sobre os índices oficiais, o aumento generalizado e persistente de preços compõe um dos elementos dos modelos de populismo apresentados acima. Fator-chave para desorientar as decisões dos agentes econômicos, é possível argumentar que a incapacidade de controlar a inflação se refletiu, ao lado de outras motivações (como a política cambial), no sucateamento do sistema produtivo argentino, que, por sua vez, se via incapaz de atender aumentos

esporádicos ou permanentes da absorção interna (SCHINCARIOL; FERNANDEZ, 2014).

A crise de 2008 também representou uma mudança na condução da política cambial. Menos devido à uma ação deliberada do Banco Central do que à diferença incontornável entre a inflação interna e a norte-americana, o peso argentino encontrou-se sobrevalorizado, em termos reais, em parte expressiva dos anos 2010. A despeito da expectativa dos agentes de que uma correção de preços relativos pudesse ser levada a cabo durante todo o governo Cristina, Damill *et al.* (2015) argumentam que o receio das consequências onerosas de tal medida – mormente no que concerne ao repasse inflacionário e ao impacto sobre o balanço de pagamentos em transações correntes – inviabilizou a opção por uma desvalorização real que atenuasse o hiato nominal entre as duas moedas. Mais uma vez, essa política vai ao encontro do que preveem os modelos de Sachs (1991) e Bresser-Pereira (1991).

Como consequência dessa estratégia, utilizaram-se as importações como meio de ampliar a oferta agregada a fim de fazer frente ao crescimento da demanda decorrente da expansão monetária. Se o exaurimento das reservas respondeu, com efeito, à drenagem de recursos reais enviados ao exterior por meio da balança de serviços fatores (serviço da dívida externa), também é verdade que o aumento das importações (de quase 20% no início do governo Cristina) contribuiu para fragilizar ainda mais a posição externa do país. Conforme argumentam Dornbusch e Edwards (1989) e Díaz-Alejandro (1991), governos populistas tendem a facilitar a entrada de bens estrangeiros via apreciação cambial tanto para atenuar a pressão de demanda quanto para angariar apoio político dos consumidores (intermediários e finais) de bens estrangeiros.

Isto posto, entende-se que o governo de Cristina Kirchner incorreu em erros na gestão econômica os quais depuseram diretamente contra os resultados obtidos até, pelo menos, a eclosão da crise financeira de 2008. Dessa forma, nota-se uma ruptura significativa na condução da política econômica a partir do início da década de 2010, inviabilizando uma análise monolítica do período kirchnerista, conforme se argumenta neste trabalho.

Considerações finais

Surgida como uma subdisciplina da Biologia, a taxonomia tornou-se instrumento de grande utilidade na tarefa de conceber, nomear e classificar grupos

de organismos. Transplantada para as Ciências Sociais, esse expediente analítico fez-se igualmente útil para a área, ainda que tenha se deparado com as inúmeras especificidades imanentes aos fenômenos sociais. Daí a prudência com que analistas devem categorizar os objetos em investigação, sobretudo aqueles que carregam clara aura ideológica, como o populismo.

Assim, a interpretação da chamada era Kirchner (2003-2015) requer determinadas precauções que busquem se desvencilhar do debate polarizado das ruas. A começar pela própria matização do período, que pode ser subdividido em pelo menos 3 fases distintas: (1) 2003-2008 (crescimento acelerado e responsabilidade fiscal); (2) 2009-2014 (deterioração fiscal e do balanço de pagamentos); e (3) 2012-2015 (queda do PIB real e descontrole inflacionário).

Tal divisão esquemática não abarca, naturalmente, a totalidade e a complexidade de mais de uma década da história de um país, mas concorre para elucidar determinadas particularidades caras a uma apreciação que se pretenda holística. Sem distinguir os diversos momentos por que passaram os 3 diferentes mandatos do período em análise, Edwards (2019, p. 3), por exemplo, entende que toda a era K representou uma forma de “novo populismo”.

Diante dos elementos apresentados neste trabalho e à luz dos modelos teóricos nos quais se embasa, entende-se que não se pode classificar o período específico do governo Néstor (2003-2007) como populista. Indo além, os principais indicadores macroeconômicos de sua gestão vão de encontro ao consagrado como populista na literatura especializada. A manutenção dos superávits fiscais na época de crescimento liderado pelas exportações teria respondido ao entendimento de que as restrições orçamentárias, se não obedecidas, cobrariam ônus ainda mais deletérios. Trata-se exatamente do oposto do que Dornbusch e Edwards (1989) e Díaz-Alejandro (1991) entendem por um governo populista. Deve-se àquela parcimônia fiscal a possibilidade de implementação adequada dos instrumentos anticíclicos que, se não impediram a queda em 2009, reabilitaram a demanda efetiva já no ano subsequente.

Do ponto de vista cambial, a desvalorização observada após o fim da conversibilidade (2002) foi administrada de modo a manter a competitividade das exportações argentinas no momento em que os termos de troca apresentavam melhoria expressiva. Por sugestão direta do presidente da República, os três ministros da Fazenda do período mantiveram o peso nominalmente desvalorizado até o final do mandato. Medida, esta, que vai de encontro aos modelos de populismo

que enfatizam a valorização cambial como meio de aumentar salário real, conforme argumentam Sachs (1991) e Bresser-Pereira (1991).

Não se pode afirmar o mesmo da política econômica sob Cristina Kirchner. A partir de 2009, observa-se clara deterioração do quadro fiscal como resultado da ampliação imoderada dos dispêndios públicos, em especial, com subsídios. Os constantes déficits em que passou a incorrer o setor público argentino não apenas fragilizaram ainda mais a capacidade de rolagem de sua dívida, como também contribuíram para o recrudescimento inflacionário verificado a partir de então. Trata-se de uma das mais importantes, e gravosas, etapas previstas pelos modelos de Dornbusch e Edwards (1989) e Díaz-Alejandro (1991).

No que tange ao quadro externo, o período que sucedeu a Grande Recessão (2009) também marcou o aprofundamento da crise do já frágil balanço de pagamentos argentino. O crescimento das importações – potencializado, por sua vez, pela apreciação do câmbio real –, somado ao inaccessível às fontes de rolagem do serviço da dívida externa, comprometeram a retomada do crescimento econômico do país. O esvaimento das reservas logo se transformou em uma severa crise cambial, a partir da qual o mercado paralelo passou a balizar as expectativas dos agentes, minando a capacidade da autoridade monetária de influenciar a tomada de decisão de consumidores e empresários. As medidas de contenção ao acesso às divisas não apenas passaram ao largo do objetivo a que se propunham como catalisaram a impopularidade do governo, que se viu derrotado no pleito de 2015 para o candidato da oposição.

Isto posto, é possível afirmar que, em consonância com o proposto pelos modelos teóricos, a gestão de Cristina Kirchner apresentou, a partir de determinado momento de seu primeiro mandato, características típicas do que a literatura consagrou como um governo populista.

Ainda assim, entende-se que o julgamento de um fenômeno tão complexo quanto um governo nacional não pode ser cabal e hermético. Como todo processo histórico, são marcados por avanços e retrocessos, nos quais as vicissitudes do jogo político operam de forma a extrapolar a simplificação esperada dos modelos.

Políticas institucionais, assim como elementos não captáveis por tais simplificações teóricas emolduram o quadro argentino de modo a reverberar ainda mais as controvérsias que o cercam. Determinadas idiosincrasias dos personagens – a retórica nacionalista, o comportamento personalista, a atuação clânica – estigmatizam ainda mais duas das principais lideranças contemporâneas de um

subcontinente marcado, em grande parte de sua história, pelo tradicional caudilhismo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; EGOROV, Georgy; SONIN, Konstantin. A Political Theory of Populism. *The Quarterly Journal Of Economics*, v. 128, n. 2, p. 771-805, 2013.

BATISTA JUNIOR, Paulo N. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo, 2003.

BATISTA JUNIOR, Paulo N. *O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Populismo Econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

BONNET, Alberto. *La Insurrección como restauración: El Kirchnerismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

CANITROT, Adolfo. La Experiência Populista de Distribución de Ingresos. *Desarrollo Económico*, 15(59), p. 331-351, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, [1969] 1977.

CASTIÑERA, Ramiro. El retorno a una economía de mercado. *Económica. Economic research and forecasts. Informe macro*. Buenos Aires, 2016.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. Macroeconomic Policy in Argentina during 2002–2013. *Comparative Economic Studies*, n. 57, p. 369-400, 2015.

DÍAZ-ALEJANDRO, Carlos. Planos de estabilização no Cone Sul. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). *Populismo Econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: Chicago University Press, 1989.

DRAKE, Paul W. Conclusion: Requiem for Populism? In: CONNIFF, Michael L. (Org.). *Latin American populism in comparative perspective*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1982.

EDWARDS, Sebastian. On Latin American Populism, And Its Echoes Around the World. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, p. 1-31, 2019.

FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, v. 14, p. 19-58, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar D. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1, p. 56-76, 2011.

FONSECA, Pedro Cezar D.; SALOMÃO, Ivan C. Vargas e Goulart: o populismo e questão. *Conhecer*, 10(24), p. 66-97, 2020.

HAINES, Andrés Ernesto F. O Peronismo: Um fenômeno argentino. Uma interpretação da política econômica argentina 1946-1955. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

KIGUEL, Miguel. *Argentina's 2001 Economic and Financial Crisis: Lessons for Europe*. Washington: Brookings Institution, p. 7-9, 2011.

KULFAS, Matías. *Los tres kirchnerismos: una historia de la economía argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

MORAES, Leonardo S. Populismo, política econômica e crises na América Latina (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

MURILLO, María Victoria; RUBIO, Julia María; MANGONNET, Jorge. Argentina: El protagonismo de los votantes y la alternancia electoral. *Revista de Ciencia Política*, v. 36, n. 1, p. 3-26, 2016.

PIMENTA, Camila Augusto. A argentina na economia-mundo: uma análise sobre o neodesenvolvimentismo na américa latina. 2008. 113 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. Estado y Alianzas de Clase en Argentina, 1956-1976. *Desarrollo Económico*, 16(64), p. 523-554, 1991.

SACHS, Jeffrey D. Social Conflict and Populist Policies in Latin America. In: BRUNETTE, R.; DELARINGA, C. (Eds.). *Labor Relations and Economic Performance*. Londres: MacMillan Press, 1991.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo; FERNANDEZ, Ramón G. Crescimento econômico e políticas de governo na Argentina, 2003-2014. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 35, n. 127, p. 59-78, 2014.

SILVA, Carla Fernanda da. Populismo no Brasil na Década de 1930: uma Aplicação à Teoria dos Jogos. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

STURZENEGGER, Federico. Description of populist experience: Argentina, 1973-1976. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds.). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: Chicago University press, 1995.

WASSERMAN, Claudia. A manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais. *Estudos Ibero-Americanos*, 24 (2), p. 51-7 1998.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Juan Sergio Caetano Iturvide - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito.
Ivan Colangelo Salomão – Concepção e elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 21-03-2022

Aprovado em: 30-10-2022